



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Avenida Aristeu de Andrade nº 377 - Bairro Farol - CEP 57051-090 - Maceió - AL



TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA – RENOVAÇÃO DE ASSINATURA – REVISTA DE BRASILEIRA DE DIREITO ELEITORAL, REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E INFORMATIVO FÓRUM JACOBY DE GESTÃO PÚBLICA

1.1 Renovação de assinaturas da

REVISTA DE BRASILEIRA DE DIREITO ELEITORAL, REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E INFORMATIVO FÓRUM JACOBY DE GESTÃO PÚBLICA

, abrangendo o exercício de 2019, para atender às unidades do Tribunal.

2 JUSTIFICATIVA

2.1 A Seção de Biblioteca e Editoração – SBE do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas tem como principal finalidade possibilitar aos seus usuários o acesso a informações atualizadas, proporcionando-lhes os meios e condições necessárias à consecução deste objetivo.

2.2 Uma das estratégias para tornar exequível tal objetivo é a aquisição e disponibilização de periódicos, uma vez que essa categoria de publicações tem na atualização das informações uma de suas características primordiais. Entretanto, além de dispor de periódicos para leitura e consulta nas próprias instalações da biblioteca, bem como empréstimos aos servidores.

2.3 Assim, obedecendo ao princípio básico da Lei 8.666/93, propõe-se, através de procedimento licitatório compatível, a renovação das assinaturas das REVISTA DE BRASILEIRA DE DIREITO ELEITORAL, REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E INFORMATIVO FÓRUM JACOBY DE GESTÃO PÚBLICA

3 ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Renovação para o exercício de 2019 das assinaturas das REVISTA DE BRASILEIRA DE DIREITO ELEITORAL, REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E INFORMATIVO FÓRUM JACOBY DE

GESTÃO PÚBLICA

4 DO CUSTO

4.1 O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços objeto do presente contrato, o valor total de R\$ 6.607,00 (Seis mil e seiscentos e sete reais), das REVISTA DE BRASILEIRA DE DIREITO ELEITORAL, REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E INFORMATIVO FÓRUM JACOBY DE GESTÃO PÚBLICA, conforme proposta da CONTRATADA.

5 DEVERES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 Uma vez decidida a contratação, o TRE/AL comprometer-se-á:

- a) efetuar o pagamento, de acordo com o preço e condições estipulados na proposta de preços da Contratada;
- b) promover, através de seu representante (gestor), o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma;
- c) proporcionar à Contratada as facilidades necessárias, a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;
- d) notificar, por escrito, a Contratada sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços;
- e) comunicar, no ato da liquidação da despesa, através da Seção de Contabilidade, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos à Contratada, segundo o disposto no artigo 63 da Lei nº 4.320/64.

6 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1 A CONTRATADA deverá entregar os periódicos na Seção de Protocolo do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, diariamente ou semanalmente ou de acordo com a periodicidade da publicação.
- 6.2 Na eventual impossibilidade de entrega de qualquer dos periódicos, caberá à CONTRATADA, no prazo de 48 horas, contados da data da edição da respectiva publicação, comunicar o fato por escrito ao Contratante com as devidas justificativas.
- 6.3 Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, conforme determina a Lei específica.
- 6.4 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais resultantes da execução do Contrato.
- 6.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem a prévia anuência do CONTRATANTE.

6.6 Responder diretamente pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.

7 DO PAGAMENTO

7.1 Após verificado que o serviço se encontra de acordo com as exigências contidas neste Termo de Referência, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho NE, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data do adimplemento de cada parcela, exceto os pagamentos decorrentes de despesas até R\$.8.000,00 (oito mil reais) que serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura, reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, for observado que o material e serviço fornecidos não estão de acordo com as especificações apresentadas e aceitas, aplicando-se ainda as penalidades cabíveis.

8 SANÇÕES

A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, a ser aplicada pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

9 VIGÊNCIA

9.1 Este Contrato terá vigência de 12 meses, com termo inicial a partir da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início em dia de expediente, devendo excluir o primeiro e incluir o último.

10 DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 Serão designados como gestor e suplente deste procedimento, respectivamente, este subscritor, bem como a chefe da seção de biblioteca e editoração.

Maceió, 16 de janeiro de 2019.

Seção de Biblioteca e Editoração-SBE.

De acordo. _____

Coordenadora de Jurisprudência e Documentação.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO MATIAS DE PINHEIRO JUNIOR, Servidor Requisitado**, em 16/01/2019, às 17:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SÂMIA COÊLHO TENÓRIO, Coordenadora**, em 16/01/2019, às 17:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-al.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0488908** e o código CRC **0F297FA1**.

0000395-24.2019.6.02.8000

0488908v4